

ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

um estudo de caso na Escola Municipal Indígena Aicüna I, Tabatinga-AM

Rosalina Davila Larrondo

Graduada em Geografia (UEA/CESTB); Pós-Graduada em Ensino de Geografia, História e Sustentabilidade (FAVENI)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9079-8070>

<https://lattes.cnpq.br/0732243974302806>

E-mail: larrondorosalina@gmail.com

Máximo Alfonso Rodrigues Billacrês

Licenciado em Geografia e Doutor em Biotecnologia; Professor Adjunto (UEA); Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (UEA/CESTB)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8204-620X>

<http://lattes.cnpq.br/3032801974162523>

E-mail: billacres@gmail.com

Resumo: O artigo examina a Escola Municipal Indígena Aicüna I, escola Ticuna, em Tabatinga-AM, focando na infraestrutura, materiais pedagógicos e desafios interculturais. A pesquisa qualitativa, com entrevistas e observações, revela as dificuldades dos alunos e professores na comunicação intercultural. O estudo destaca a importância do conhecimento das realidades educacionais indígenas e o papel da escola na preservação cultural. As mudanças na infraestrutura e materiais pedagógicos são ressaltadas como fundamentais para o progresso educacional, respeitando as especificidades culturais e linguísticas da comunidade indígena.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Escola Indígena Aicüna I; Comunidade de Nova Extrema-Tabatinga.

Abstract: The article examines the Municipal Indigenous School Aicüna I, Ticuna school, in Tabatinga-AM, focusing on infrastructure, teaching materials and intercultural challenges. Qualitative research, with interviews and observations, reveals the difficulties faced by students and teachers in intercultural communication. The study highlights the importance of knowing indigenous educational realities and the role of schools in cultural preservation. Changes in infrastructure and teaching materials are highlighted as fundamental for educational progress, respecting the cultural and linguistic specificities of the indigenous community.

Keywords: Indigenous School Education; Aicüna Indigenous School I; Nova Extrema-Tabatinga Community.

INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Indígena representa uma modalidade de educação básica implementada e aplicada em áreas designadas como zonas rurais indígenas. Essa forma de educação é diferenciada daquela encontrada em áreas urbanas, uma vez que os membros das comunidades rurais mantêm uma conexão estreita com a terra e a natureza ao seu redor, buscando sustentar suas famílias por meio da agricultura, pesca, caça e coleta de recursos da floresta. Portanto, a educação destinada a essas populações deve estar comprometida em atender à diversidade e às particularidades presentes em seu contexto geográfico.

A educação indígena apresenta-se profundamente ligada aos projetos societários de cada povo. Nela interfere a questão da sustentabilidade, do território, da gestão territorial, da autonomia. Diferentemente de outros tipos de educação, a educação indígena só pode ser levada a cabo de maneira autônoma. Não são apenas os professores que transmitem conhecimento, os conhecimentos são transmitidos por tuxauas, por caciques, por sábios indígenas. (Agudelos, 2015, p. 3). As escolas indígenas devem se adaptar às realidades socioculturais e sociolinguísticas dos alunos, proporcionando uma educação que contemple a diversidade dos discentes, ou seja, não desmerecendo os saberes e conhecimentos de cada povo indígena.

Partindo dessa compreensão da educação escolar indígena, este trabalho buscou adentrar no contexto educacional voltado para o povo indígena da etnia Ticuna. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi garantido legalmente o "direito à diferença" para esses povos. Embora muitos direitos importantes tenham sido conquistados, é fundamental destacar, para este trabalho, o direito à diferença, que põe fim à política assimilaçãoista do Estado. Isso garante legalmente aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como o direito a uma educação específica e diferenciada, reconhecendo o uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Art. 231 e Art. 210, § 2º, Brasil, 1988 *apud* Medeiros, 2012, p. 2).

A educação em áreas indígenas deve ser sensível às particularidades culturais, linguísticas e sociais das comunidades, buscando promover uma educação intercultural que respeite e valorize os saberes tradicionais e as necessidades específicas dessas populações, reconhecendo a importância de uma abordagem educacional que respeite a diversidade cultural e promova a inclusão social dessas comunidades.

O objetivo geral é demonstrar a situação da Educação Escolar Indígena referente à Escola Municipal Indígena Aicüna I, na Comunidade de Nova Extrema, tendo como objetivos específicos: evidenciar o processo de ensino e aprendizagem, na Escola Municipal Indígena Aicüna I, identificar como é realizada a educação comunitária, intercultural, bilíngue, específica e diferenciada para os alunos indígenas da etnia Ticuna e descrever as dificuldades enfrentadas pelos educandos e educadores da Instituição.

DESENVOLVIMENTO TEXTUAL

As políticas educacionais dominantes até a década de 1980, conceberam os indígenas como incapacitados (tutelados ao Estado) ou como objeto de catequese e de instrução. Esse quadro mudou substancialmente desde a década de 1980, quando inúmeros movimentos e organizações sociais ganham visibilidade, denunciando relações de dominação, formulando propostas alternativas e assumindo identidades que foram negadas historicamente. (Ferreira; Silva, 2013, p. 2). O povo indígena, desde o período da colonização, sempre foi visto como selvagem e atrasado, mas no decorrer de suas lutas travadas conquistou os seus direitos de acesso à educação básica.

A história das lutas dos povos indígenas pelo desenvolvimento de suas culturas, pelo espaço e possibilidades de continuidade de suas expressões, através da reiteração de seus rituais, da transmissão — por meios diversos — de valores e costumes para as novas gerações, por garantir o espaço-tempo para suas manifestações culturais que se vinculam aos ciclos da natureza e aos momentos singulares da vida humana, sem dúvida, se configura desde os primeiros contatos com os europeus (Ferreira; Silva, 2013, p. 6).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no artigo 78:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (LDB, artigo 78, 1996).

A escola é a instituição base para que se possa conquistar esses objetivos, pois é através desta que se transmite o conhecimento e se prepara os alunos indígenas para a integração da sociedade atual. Sendo a principal aliada para a manutenção da existência dos distintos grupos culturais e comunidades indígenas. Assim, fica explícito que o sistema de ensino da União tem colaboração e assistências de agências federais como a Fundação Nacional do Índio FUNAI.

No Artigo 79, a LDB estabelece que:

- A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º – Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º – Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (LDB, artigo 79, 1996).

A União é responsável por financiar a oferta de cursos e programas como, por exemplo, de licenciatura intercultural, para proporcionar a formação de professores indígenas e que eles possam realizar pesquisas acadêmicas em sua própria comunidade indígena, assim, fortalecendo os saberes e conhecimentos de sua comunidade indígena.

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) é um documento fundamental para orientar e dar direção a todos os docentes que lecionam em comunidades indígenas, eles precisam se apropriar dessa riqueza de conhecimentos e orientações curriculares para que possam estar fundamentando sua atuação em sala de aula. No caso das escolas indígenas, para que seja garantida uma educação diferenciada, não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados através do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do saber indígena. Mais do que isso, é imprescindível que a elaboração dos currículos entendidos como processo sempre em construção se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última (RCNEI, 1998, p. 33). Então para

que se haja a criação do Projeto Político Pedagógico Indígena das Escolas indígenas, se faz necessária a interação entre o poder público, família, comunidade, lideranças e a escola. Nesse contexto, é fundamental a participação dos membros envolvidos, tendo como papel político, social, cultural e educacional, unidos para uma melhor elaboração do PPPI.

A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI, 1998, p. 34). Desse modo, a educação escolar indígena deve ser pensada de acordo com cada povo, não se pensando em uma educação indígena única, pois existem muitos povos indígenas de etnias diferentes (multietnicidade).

Dentre os diversos modelos de educação que nortearam a educação escolar indígena, o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas – RCNEI (1998, p. 24), destaca que “ela deve ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada” (RCNEI, 1998, p. 24 *apud* Soares; Ramos; Ferst; Silva, 2021, p. 7).

Dessa forma, Medeiros (2012) explica os itens citados, sendo assim:

Comunitária porque a participação da comunidade em todo o processo pedagógico é fundamental para a construção da escola: na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares, do calendário escolar, da pedagogia, dos espaços e momentos da educação escolar; Intercultural pois a escola deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística de sua comunidade, além de promover uma situação de comunicação entre experiências sócio-culturais, linguísticas e históricas diferentes; Bilíngüe visto que deve ensinar o português, para possibilitar o diálogo com o mundo não indígena que os rodeia, mas, principalmente, a língua materna da comunidade indígena – para garantir a sua manutenção e, sobretudo, porque é por meio da língua originária que se expressa e se manifesta a cultura; Específica e diferenciada porque deve ser concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação à construção de sua escola. (Medeiros, 2012, p. 3).

O professor que exerce seu trabalho nas escolas indígenas deve buscar analisar e entender a cultura do povo indígena de acordo com sua etnia e

especificidades, isso só é possível se o mesmo dialogar com os alunos, as famílias, os líderes e com a própria comunidade em si, através dessa metodologia o mesmo estará contribuindo para a melhoria do ensino e aprendizagem, conhecendo, assim, a realidade concreta dos seus alunos. A partir dessa concepção, tem-se em vista que a educação possui o poder de construir e reconstruir, manter o que deve ser mantido e reestruturar aquilo que precisa ser modificado.

O conceito da Geografia a ser utilizado para que se possa entender a realidade que se pretende investigar é o espaço geográfico. No conceito de espaço geográfico está implícita a ideia de articulação entre natureza e sociedade. Na busca dessa articulação, a Geografia tem que trabalhar, de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só os descrever, mas entender as interações existentes entre eles; e de outro, verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos sistemas naturais. Para perceber a ação da sociedade, é necessário adentrar em sua estrutura social, procurando apreender o seu modo de produção e as relações socioeconômicas vigentes (Giometti; Pitton; Ortigoza; 2012, p. 34).

METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu através da Pesquisa descritiva que segundo Prodanov e Freitas (2013) “quando o pesquisador apenas regista e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

O método utilizado foi o dialético, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013) “Na dialética proposta por Hegel, as contradições transcendem-se, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. Empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 34).

ANÁLISE DE DADOS

O trabalho se deu primeiramente através das coletas de dados e informações, sendo obtidas na Escola Indígena Aicüna I, sendo realizada uma entrevista com o Gestor, a Pedagoga e alguns professores da Instituição,

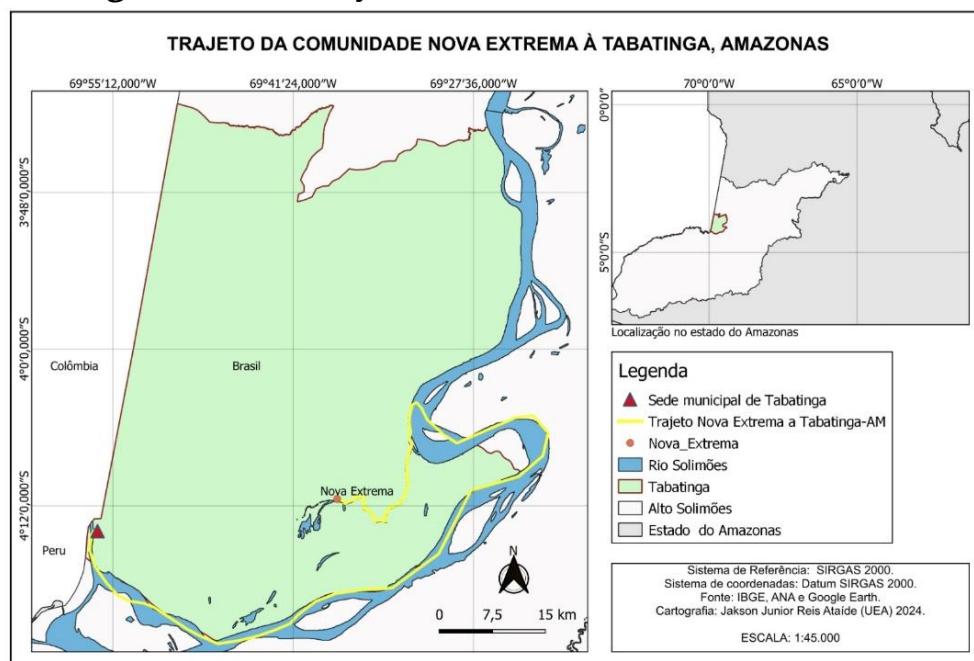
sendo aplicado o questionário relacionado ao diagnóstico escolar (realidade da escola-campo) e entre outros aspectos. Para a aquisição dos dados utilizou-se um transporte fluvial tipo canoa com motor rabetá, o caderno de anotações, a gravação de áudios da entrevista, um mapa das comunidades indígenas do município de Tabatinga, imagem de satélite do Google Earth, fotos da comunidade, levantamento bibliográfico através de pesquisas da internet e artigos científicos.

Utilizou-se algumas informações do histórico da comunidade, sendo que o histórico foi elaborado pelos próprios líderes locais e registrado no cartório, desse modo, está um pouco ambíguo devido à mistura de línguas. Em relação ao histórico escolar as informações foram cedidas pela gestão da escola Aicüna I. Pode-se ressaltar que o nome “Aicüna” é de grande importância e significado para essa sociedade, pois é o nome de uma indígena guerreira, que é tida como uma deusa, sendo citada em livros de história de origem dessa etnia.

Descrição do Trajeto

A comunidade Indígena Nova Extrema está localizada no município de Tabatinga-AM (Figura 1), dentro do Igarapé Tacana V, afluente à margem esquerda do rio Solimões, possuindo como nascente o Igarapé do Urumutum, tendo aproximadamente 473 habitantes, possuindo 70 famílias e 62 casas.

Figura 1: Localização da Comunidade Nova Extrema



Fonte: IBGE, ANA e Google Earth, 2020

Ao todo são 9 comunidades que fazem parte do pólo de nova Extrema, sendo elas: comunidade de Água Limpa, comunidade Estrela da Paz, comunidade Novo Cruzador, comunidade Monte Sinai, comunidade Terra Prometida, comunidade Santa Rosa, comunidade Pena Preta, comunidade Nova Jerusalém e comunidade Nossa Senhora Aparecida.

DISCUSSÃO

Na questão da etnia, da cultura, da língua e da construção da educação, a primeira voz a ser ouvida é a da comunidade, sendo primordial que o povo escolha todo o processo de ensino e aprendizagem. A escola indígena é diferente da educação indígena, pois a primeira utiliza e abrange a mistura do conhecimento científico com o conhecimento do índio, e a segunda compreende todos os valores que os educandos aprendem dentro de casa.

HISTÓRICO E REGISTRO DA COMUNIDADE

A Comunidade Indígena Nova Extrema, fundada no dia 03 de abril de 1983, numa segunda-feira, às (7h) sete horas da manhã, com (4) quatro pais de famílias que são: (1^a) família: Alfredo Amadeu Gaspar e dona Juvita Amadeu Pereira; (2^a) família: Florentino Pereira Gaspar e dona Elísia José Essílio; (3^a) família: Jurandin Mestancio Caisara e dona Jujuca Pereira Gaspar; (4^a) família: Alfonso Martins Firmino e dona Alda do Carmo Pereira.

A figura 2 abaixo demonstra a comunidade de Nova Extrema, nota-se através da imagem de satélite que a comunidade está situada às margens do Igarapé e que na frente dela se tem um Igapó, onde os moradores costumam caçar, pescar e tomar banho.

Figura 2: Comunidade Nova Extrema



Fonte: Google Earth, 2020.

As famílias citadas acima são os fundadores da comunidade indígena “Nova Extrema”. Os habitantes fazem parte da congregação católica, Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica (O. C. C. A. E.). Antes de a comunidade ser denominada de Nova Extrema era chamada de Sacambu.

DADOS GERAIS DA ESCOLA

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Tabatinga - Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Amparo Legal (Ato de criação ou Resolução): Lei nº 345 de 22 de março de 2000

Nome da Instituição de Ensino/Escola: Escola Municipal Indígena Aicüna I

Endereço (físico, eletrônico): Comunidade Indígena Nova Extrema no Igarapé do Tacana V

Etapa e Modalidades de Ensino da Educação Básica: Educação Infantil (creche I, II, III; pré I, II,); Fundamental I (1º ao 5º ano) e Fundamental II (6º ao 9º) ensino médio por Mediação Tecnológica.

A escola possui um total de aproximadamente 275 alunos, tendo como horário, no turno matutino das 7h às 11h, no turno vespertino das 13h às 17h e no turno noturno das 18h às 22h.

Na administração escolar o diretor foi nomeado, existente o coordenador de turno e o coordenador para sucesso do aluno, no ano de 2019 o diretor da instituição era o Sr. E. F. V. e a coordenadora pedagógica era a Prof. G. F. B., sendo que no ano de 2023 continuaram exercendo suas funções. São atendidas entre 15 a 35 alunos em cada sala de aula. No presente momento a escola conta com 01 gestor, 01 apoio pedagógico, 02 auxiliares administrativos, 03 vigias, 02 porteiros 06 serviços gerais, 02 merendeiras, 02 monitores e 09 professores, sendo 02 efetivos e 07 que entraram pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), possuindo 2 graduados e 7 pós-graduados, além disso, para completar a carga horária os professores ministram aulas de outras disciplinas, tendo como carga horária mínima de 20 horas e máxima de 40 horas semanais. Ela atende no turno matutino a educação infantil (creche I; II; pré I) e o ensino fundamental I (1º ao 4º ano), com um total de 105 discentes. No período vespertino funciona o ensino fundamental I (creche III; pré II), ensino fundamental I (5º ano) e o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), que correspondem 170 discentes devidamente matriculados.

Observe as tabelas 1 e 2 os docentes do turno matutino e vespertino abaixo:

Tabela 1: Quadro Docente Matutino

Nº	NOOME	TURMA	TURNO	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
1º	J. C. S.	1º ano	Matutino	Matemática	contrato
2º	J. C. F.	Creche II	Matutino	Pedagogia	contrato
3º	L. P. G.	4º ano	Matutino	Biologia	contrato
4º	M. S. P.	3º ano	Matutino	Letras	contrato
5º	M. S. S.	Creche I	Matutino	Geografia	contrato
6º	R. F. R.	Pré I	Matutino	Pedagogia	contrato
7º	S. A. F.	2º ano	Matutino	Geografia	contrato

Fonte: Escola Municipal Indígena Aicüna I, 2023.

Tabela 2: Quadro Docente Vespertino

Nº	NOOME	TURMA	TURNO	FORMAÇÃO	SITUAÇÃO
1º	D. D.	6º ao 9º	Vespertino	Ensino médio completo	efetivo
2º	J. C. S.	6º ao 9º	Vespertino	matemática	contrato
3º	J. C. F.	Cheche III	Vespertino	Pedagogia	contrato
4º	L. V. G.	5º ano	Vespertino	Pedagogia	efetivo
5º	L. G.	6º ao 9º	Vespertino	Biologia	contrato
6º	M. S. P.	6º ao 9º	Vespertino	Letras	contrato
7º	M. S. S.	6º ao 9º	Vespertino	Geografia	contrato
8º	R. F. R.	Pré II	Vespertino	Pedagogia	contrato
9º	S. A. F.	6º ao 9º	Vespertino	Geografia	contrato

Fonte: Escola Municipal Indígena Aicüna I, 2023.

Os educandos da instituição possuem uma faixa etária entre 1 ano a 45 anos de idade, o critério de organização das classes é realizado pela faixa etária. O projeto político pedagógico está em andamento, visto que a escola avalia seu desempenho, a atualização e qualificação dos professores são realizadas anualmente, as reuniões pedagógicas ocorrem frequentemente, o conselho de classe e o conselho escolar é bimestral, e existem visitas nas casas dos alunos por parte dos professores, o planejamento escolar é bimestral, o professor participa do planejamento escolar, o plano de ensino é exigido e apresentado por área e por disciplinas.

A Escola atualmente participa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que possui um conselho com 13 membros, e já foi contemplada e com o dinheiro que recebeu poderá comprar vários objetos como: computador, impressora, panelas, caixa de som, microfones e entre outros materiais pedagógicos. Esse programa tem sido de suma importância para a escola, pois através desse recurso foram comprados vários itens para a instituição. E com o Programa Educação e família, este tem aproximado mais os familiares da escola, pois sempre que acontecem as ações os pais e alunos estão sempre presentes para atentarem às palestras que são ministradas, assim, eles podem participar da vida escolar de seus filhos.

HISTÓRICO ESCOLAR

A primeira Escola da Comunidade era de nome SABATINA, com a estrutura de Paxiuba e sua cobertura era de palha de Caranã, durou apenas (6) seis meses, mudando de nome para Escola Futuro e tendo como primeiro professor o senhor Florentino Pereira Gaspar, com o total de (26) vinte e seis alunos. No ano 2000 foi construída a Escola Municipal Indígena Aicüna I. Com a estrutura de madeira contendo (3) três salas de aula e (1) secretaria, e foi inaugurada no dia 31 de março de 2000, trabalhando de 1^a a 4^a série do 1º grau do Ensino Fundamental. No ano de 2006 teve sua reforma e ampliação com a construção de mais (2) duas salas de aulas, onde passou a ministrar aulas de 5^a a 8^a série, para suprir a necessidade dos alunos. Na figura 3 abaixo demonstra a escola que era utilizada no ano de 2000 até o mês de maio de 2021.

Figura 3: Escola Municipal Indígena Aicüna I no ano de 2019



Fonte: Os autores, 2019.

Em relação a infraestrutura, um novo prédio foi construído para o funcionamento da escola, sendo inaugurado recentemente no dia 10 de junho do ano de 2021, e atende as necessidades dos mesmos, possui 7 salas de aula, não possui salas com ambientes especiais como biblioteca, auditório, laboratório de ciência e de informática, não possui área de recreação e esportes, possui quatro banheiros, um refeitório, uma sala do professor, uma secretaria, três corredores, uma cozinha e um deposito. Mobiliária de sala de aula como carteiras e mesa do professor suficiente, possui equipamentos ou recursos didáticos como computador, impressora, aparelho de som, datashow, possui 2 antenas com acesso à internet e materiais pedagógicos lúdicos. Demostrado abaixo na figura 4:

Figura 4: Escola Municipal Indígena Aicüna I atualmente



Fonte: Escola Municipal Indígena Aicüna I, 2021.

A referida escola funciona como polo das demais escolas situadas em outras comunidades: Escola Municipal Indígena DEREGUNE, Escola Municipal Indígena TOE'NE, Escola Municipal Indígena MO'E, Escola Municipal Indígena MAREPÜ, Escola Municipal Indígena PUCÜRACÜ, Escola Municipal Indígena Bom Futuro, Escola Municipal Indígena São José I, Escola Municipal Indígena ITANÜCÜ, Escola Municipal Indígena DENETÜ WIMEPÜ.

No turno noturno a escola é cedida para a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC), onde funcionam as turmas da mediação tecnológica do ensino médio, sendo que o tecnológico funciona como anexo da Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar (GM3).

Por meio dessas estruturas a escola pretende atender os seguintes objetivos: desenvolver um processo educacional sólido, a fim de promover a aprendizagem dos educandos, incentivar a família a fazer parte da vida escolar do aluno, preparar os educandos de maneira que sejam capazes de desenvolver-se em todos os aspectos, além do mais para formação de um indivíduo consciente de seus direitos e deveres perante a sociedade. Estimular metodologias inovadoras que proporcionem ao professor desenvolver métodos que ajude o aluno dentro do processo de ensino aprendizagem, cumprindo, dessa forma, o calendário escolar, como demonstrado na tabela 3, o início das atividades escolares no ano de 2023:

Tabela 3: Calendário de Atividades Escolar

MÊS	DIA	ATIVIDADES
Fevereiro	06/02/2023	Início do ano escolar
	07/02/2023	Entrega do plano de ação e calendário na CEI
	07/02/2023	Reunião com gestores e apoios pedagógicos
	08/02/2023	Apresentação dos professores na comunidade
	09/02/2023	Início do 1º Bimestre
	09/02/2023 a 26/04/2023	Período de Diagnóstico
	28/02/2023	Reunião com gestores e apoios pedagógicos
Março	08/03/2023	Primeira Avaliação do 1º Bimestre
	17/03/2023	planejamento pedagógico
	27/03/2023	Segunda Avaliação do 1º Bimestre
	29/03/2023	Orientação Pedagógica (SAEB)
Abril	10/04/2023	Comemoração da páscoa com os alunos da educação infantil
	19/04/2023	Comemoração do dia dos povos indígenas
	20/04/2023	Terceira Avaliação do 1º Bimestre
	21/04/2023	Feriado/Tiradentes
	25/04/2023	Encerramento do período do Diagnóstico e entrega de Notas

	26/04/2023	Término do 1º Bimestre e Reunião com os pais
	27/04/2023	Início do 2º Bimestre
	28/04/2023	Reunião de Gestores e responsáveis de escolas indígenas
Maio	01/05/2023	Feriado/Dia do Trabalhador
	02/05/2023	Entrega das notas do 1º bimestre na coordenação
	10/05/2023	Planejamento Pedagógico referente ao (PPPI)
	16/05/2023	Comemoração do dia das Mães
	19/05/2023	Primeira Avaliação do 2º Bimestre
	22/05/2023	Planejamento pedagógico
Junho	08/06/2023	Feriado/Corpus Christi
	13/06/2023	Segunda avaliação do 2º bimestre
	27/06/2023	Visita do Secretário de Educação na Escola
Julho	03/07/2023 a 07/07/2023	Recesso Escolar
	10/07/2023	Terceira Avaliação do 2º bimestre
	14/07/2023	Término do 2º Bimestre
	17/07/2023	Início do 3º Bimestre
	18/07/2023	Reunião com os pais
	19/07/2023 a 21/07/2023	Jornada Pedagógica com a equipe da coordenação no polo de Nova Extrema
	24/07/2023	Planejamento pedagógico
Agosto	02/08/2023	Entrega das notas do 2º bimestre na coordenação
	08/08/2023	Primeira Avaliação do 3º bimestre
	10/08/2023	Comemoração do dia dos pais
	11/08/2023	Comemoração dia dos estudantes
	18/08/2023	Reunião com os pais para falar sobre o desfile
	29/08/2023	Segunda Avaliação do 3º bimestre
Setembro	04/09/2023	Organização do desfile
	05/09/2023	Feriado/Dia do Amazonas
	07/09/2023	Desfile Cívico/Independência do Brasil
	22/09/2023	Terceira avaliação do 3º bimestre
	28/09/2023	Término do 3º Bimestre
Outubro	02/10/2023	Início do 4º bimestre
	03/10/2023	Entrega das notas do 3º bimestre na coordenação
	05/10/2023	Reunião com os pais
	11/10/2023	Entrega de notas do 3º bimestre na CEI
	13/10/2023	Comemoração dia das crianças
	24/10/2023	Aplicação da avaliação do SAEB
	25/10/2023	Primeira Avaliação do 4º bimestre
Novembro	02/11/2023	Feriado/Finados
	15/11/2023	Feriado/Proclamação da República
	16/11/2023	Segunda Avaliação do 4º bimestre

	20/11/2023	Dia da consciência negra
	30/11/2023	Reunião com gestores e apoios pedagógicos na CEI (PPPI)
Dezembro	11/12/2023	Terceira avaliação do 4º bimestre
	12/12/2023	Recuperação
	15/12/2023	Término do 4º Bimestre
	17/12/2023	Formatura e confraternização dos alunos e funcionários da comunidade
	18/12/2023	Reunião e conselho de classe
	19/12/2023	Entrega das notas finais na coordenação
	20/12/2023	Término do ano Escolar

Fonte: Escola Municipal Indígena Aicüna I, 2023.

CALENDÁRIO DE LIBERAÇÃO DE PROFESSORES PARA PAGAMENTO

O calendário de liberação de professores para pagamento foi estipulado pela Coordenação de Educação Indígena, uma maneira de garantir o comprometimento do professor com seu trabalho. Assim, fica designado a data de saída do profissional da comunidade e o seu retorno na medida em que for receber sua remuneração, visto que ele terá um dia útil para resolver algum caso se necessário, nas agencias ou em algum setor que somente funciona em dias úteis. Assim demostrado na tabela 4:

Tabela 4: Liberação dos professores para pagamento

MÊS	SAIDA	RETORNO
MARÇO	29/03/2023	02/04/2023
ABRIL	27/04/2023	02/05/2023
MAIO	24/05/2023	28/05/2023
JUNHO	29/06/2023	09/07/2023
JULHO	27/07/2023	31/07/2023
AGOSTO	26/08/2023	31/08/2023
SETEMBRO	28/09/2023	01/10/2023
OUTUBRO	27/10/2023	31/10/2023
NOVEMBRO	29/11/2023	03/12/2023

Fonte: Escola Municipal Indígena Aicüna I, 2023.

ÍNDICES DE DESEMPENHO

No ano de 2022, a escola obteve um desempenho de 99% de aprovação, os transferidos foram poucos e 1% de desistência, evasão 1%. No ano de 2023, a instituição se empenhou bastante para alcançar um bom rendimento escolar, a escola polo junto com as demais escolas adjacentes desenvolveram

formas lúdicas de ensinar e transmitir o conhecimento aos alunos, através de leituras e narrativas sobre o seu contexto histórico, fábulas, lendas etc.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os alunos, passam por um logo processo de formação, que acontecem desde a educação formal, com as disciplinas de Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais, Matemática e Conhecimentos Tradicionais, Ciência e Saberes Indígenas, História e Historiografia Indígena, Artes, Cultura e Mitologia, Geografia e Contextos Locais e Espanhol. Possuindo a educação diferenciada, com a disciplina Forma Própria de Educar, que é trabalhada nas series do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, resgatando a cultura, como a tradição da moça nova, grafismo indígena e o artesanato.

A disciplina de Língua Indígena, a qual os alunos irão aprender a ler e escrever a língua materna, sendo trabalhado o alfabeto, as vogais, os verbos, etc., pois essa disciplina é de suma importância e é trabalhada com os alunos desde a creche até o 9º ano. E por último a disciplina Práticas Corporais e Esportivas, através dela os alunos exercitam o corpo e a mente, sendo trabalhada com os educandos 1º ao 9º ano. Com essas três novas disciplinas citadas acima, pode-se dizer que os discentes da comunidade estão usufruindo da educação diferenciada, assim, repassando os saberes indígenas, como os rituais, as danças, crenças, trabalhando a espiritualidade e o artesanato.

Dessa forma, no processo de ensino-aprendizagem o professor se reinventa, utilizando novas ferramentas e metodologias para planejar, organizar, elaborar e desenvolver a aula, utilizando sempre a teoria e prática dentro e fora da escola.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS

Os alunos desde de crianças sempre acompanham os pais para irem trabalhar nas roças, onde ajudam a cultivar e plantar diversas plantações, como a banana, macaxeira, mandioca, melancia, abacaxi etc. Eles têm o hábito de dialogar em rodas de conversas entre eles ou com os mais velhos, na hora de cada refeição tem-se o costume de sentar-se em forma de círculo junto dos familiares no assoalho da cozinha de suas casas, utilizam a cultura não esquecendo dessa forma dos seus antepassados. No tempo de colheita, sempre estão nas roças tirando o sustento para as famílias, visto que se a colheita for abundante nesse período, retiram o suficiente para a subsistência e o que sobra é levado para ser comercializado na cidade.

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS EDUCANDOS E EDUCADORES

Os educandos enfrentam dificuldades de acessibilidade para se chegar na escola, pois muitos alunos residem em outras comunidades indígenas e para se locomover utilizam canoas com motor rabetas, levando cerca de 30 minutos ou 1 hora para conseguir estar na escola, isso no período de cheia do igarapé, já no período da vazante alguns alunos enfrentam longas caminhadas de 30 a 40 minutos para chegar na margem do igarapé e entrar na canoa para continuar o trajeto até a escola.

Quando os alunos chegam atrasados na escola devido ao trajeto percorrido, eles sentem vergonha de entrar nas salas de aulas e acabam ficando fora das salas, isso ocorre pela timidez dos discentes, outra dificuldade é a falta de possuírem materiais básicos, como caderno, lápis, borracha, apontador e mochila, que é responsabilidade dos pais comprarem.

Os educadores enfrentam várias dificuldades. Uma delas é a viagem de Tabatinga a Nova Extrema, que é uma área difícil de chegar. Para chegar lá, eles precisam usar canoas e motor rabetas, que custam aproximadamente R\$ 40,00 cada. Como eles não têm ajuda do poder público para se transportar, eles gastam seu próprio dinheiro na viagem. Além disso, a viagem é longa, durando de 5 a 6 horas, no período da cheia do rio, e no período da seca a duração é de 8 a 10 horas. Muitas das vezes as embarcações não têm toldas (coberturas). Além disso, as condições adversas representam um desafio adicional.

CONSIDERAÇÕES

A educação específica e diferenciada para as populações indígenas é fundamental para garantir que os saberes e as culturas tradicionais sejam transmitidos em sala de aula.

A Escola Municipal Indígena Aicüna I, que oferece educação bilíngue para uma comunidade intercultural, é um bom exemplo de como a educação escolar indígena é importante. No entanto, foi observado que alguns direitos dos alunos indígenas não são respeitados, como o calendário escolar, que não leva em consideração o ciclo agrícola da comunidade e é organizado pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) com base no calendário urbano, exceto por três dias de liberação dos professores para receberem seus pagamentos.

Para melhorar a educação nas escolas de comunidades indígenas, as autoridades devem investir não apenas em infraestrutura, mas também em materiais pedagógicos, didáticos e culturais. Além disso, é importante

fornecer acessibilidade, aparelhos multimídia e cursos interculturais para o aperfeiçoamento e formação de professores, sejam eles indígenas ou não indígenas. Tais investimentos contribuiriam significativamente para a melhoria da educação escolar indígena, respeitando as especificidades culturais e linguísticas das comunidades.

REFERÊNCIAS

- AGUDELOS, DOMINGOS SÁVIO CAMICO. **EDUCAÇÃO INDÍGENA**. LICENCIADO EM FILOSOFIA. MESTRANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS (CEPPAC/UNB); SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CENTRO INDÍGENA DE ESTUDOS E PESQUISAS (CINEP), 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SINPRODF.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2015/03/03-EDUCA%C3%A7%C3%A3O-IND%C3%ADGENA.PDF](https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2015/03/03-EDUCA%C3%A7%C3%A3O-IND%C3%ADGENA.PDF). ACESSO EM: 17 DE FEV. 2024.
- FERREIRA, EDEILSON VICENTE; SILVA, IZAIAS BARBOSA DA. **A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: AVANÇOS E PERSPECTIVAS**, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.INESUL.EDU.BR/REVISTA/ARQUIVOS/ARQ-IDVOL_24_1364870809.PDF](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-IDVOL_24_1364870809.pdf). ACESSO EM: 17 DE FEV. 2024.
- GIOMETTI, ANALÚCIA BUENO DOS REIS; PITTON, SANDRA ELISA CONTRI; ORTIGOZA, SILVIA APARECIDA GUARNIERI. **LEITURA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ATRAVÉS DAS CATEGORIAS: LUGAR, PAISAGEM E TERRITÓRIO. CONTEÚDOS E DIDÁTICA DE GEOGRAFIA**-UNESP, 2012.
- BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. **REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. – BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.
- MEDEIROS, JULIANA SCHNEIDER; ART. 231 E ART. 210, § 20, BRASIL, 1988. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ESPECÍFICA E DIFERENCIADA: O ESTUDO DA LÍNGUA KAINGANG E DO ARTESANATO NA ESCOLA**. RIO GRANDE DO SUL, UFRGS, 2012.
- PRODANOV, CLEBER CRISTIANO; FREITAS, ERNANI CESAR DE. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO [RECURSO ELETRÔNICO]: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO / CLEBER CRISTIANO PRODANOV, ERNANI CESAR DE FREITAS**. – 2. ED. – NOVO HAMBURGO: FEEVALE, 2013.

SOARES, LÍVIA KÉSSIA DA SILVA ROCHA; RAMOS, ADINE DA SILVA; FERST, ENIA MARIA; SILVA, GRACIETE BARROS. **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.** RORAIMA, 2021.